



## COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

### ACTA N.º 101/X/4.<sup>a</sup>

Aos vinte e quatro dias do mês de Junho do ano dois mil e nove reuniu, pelas dez horas e quinze minutos, na sala oito, a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Audições no âmbito da apreciação na especialidade da **Proposta de Lei n.º 270/X (GOV)** - Aprova o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social:

- **CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade);**
- **União das Mutualidades Portuguesas;**
- **Confecoop (Confederação Cooperativa Portuguesa).**

Por impossibilidade de o Senhor Presidente da Comissão, Deputado Alberto Arons de Carvalho (PS), estar presente, presidiu o Vice-Presidente, Deputado Arménio Santos (PSD), que iniciou a reunião cumprimentando as delegações da CNIS e da União das Mutualidades Portuguesas presentes que, no âmbito da apreciação na generalidade da Proposta de Lei n.º 270/X, que aprova o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, se apresentaram em simultâneo, agradecendo desde logo a sua presença.

A CNIS fez-se representar pelos membros da direcção Dr. João Dias e José Casaleiro e a União das Mutualidades Portuguesas pelo respectivo presidente, Dr. Alberto Ramalheira, e pelos Srs. Drs. Pedro Bleck da Silva e Vanessa Melo Palma. Esta audição foi gravada em suporte áudio, encontrando-se disponível na página da internet da 11.<sup>a</sup> Comissão, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

O Dr. João Dias da Silva começou por agradecer o convite para a CNIS se pronunciar sobre a Proposta de Lei n.º 270/X (GOV) e fez uma breve análise a seu respeito, tendo-se comprometido a apresentar posteriormente um documento escrito.



## COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

De seguida, o Dr. Alberto Ramalheira interveio lembrando que as associações mutualistas têm uma intervenção no campo da saúde e não no da segurança social e que, por força dessa circunstância, são celebrados acordos com médicos e unidades de saúde. Daí que as novas soluções do Código Contributivo constituam um elemento que vem dificultar a vida das associações mutualistas. Explicou que, de acordo com uma visão quantitativa, as propostas do Código Contributivo determinariam, em 2016, um acréscimo de contribuições na ordem dos 540 000€, valor que é muito pesado para as associações mutualistas, que não têm fins lucrativos. Concluiu comprometendo-se a fazer chegar à Comissão a posição, por escrito, da União das Mutualidades Portuguesas a respeito daquela proposta de lei.

Após estas intervenções, teve lugar um período de pedidos de esclarecimentos, no qual usaram da palavra os Senhores Deputados Maria José Gamboa (PS) e Adão Silva (PSD).

Após breves comentários finais da parte de ambas as entidades, o Senhor Presidente encerrou a audição renovando os agradecimentos pela presença e contributos dos representantes da CNIS e da União das Mutualidades Portuguesas.

De seguida, o Sr. Presidente iniciou a audição seguinte, no âmbito da apreciação na generalidade da Proposta de Lei n.º 270/X, que aprova o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social agradecendo desde logo a presença dos representantes da Confcoop – Confederação Cooperativa Portuguesa, CCRL: Dr. José Manuel Jerónimo Teixeira, presidente da Direção; Dr. Rogério Cação, dirigente da FENACERCI; Dr.ª Susana Néné, dirigente da FENACHE, e Marta Pita, secretária. Tendo sido a presente audição gravada em suporte áudio e, nesta medida, estando disponível na página da internet da 11.ª Comissão, dispensa-se o seu desenvolvimento nesta sede.

A Confederação agradeceu o convite dirigido pela 11.ª Comissão para se pronunciar a respeito da Proposta de Lei n.º 270/X (GOV), tanto mais que a Confcoop e a Confagri não têm assento na Comissão Permanente de Concertação Social e informou que apresentaria posteriormente um parecer escrito.

De seguida, teve lugar uma ronda de pedidos de esclarecimentos, na qual usaram da palavra os Senhores Deputados Maria José Gamboa (PS) e Adão Silva (PSD), tendo os dirigentes da Confcoop aproveitado para prestar os devidos esclarecimentos.



**COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Não havendo mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente deu por concluída a audição, agradecendo a presença dos dirigentes da Confecoop.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Comissão deu por encerrada a reunião às treze horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 7 de Julho de 2009.

**O PRESIDENTE,**

**Alberto Arons de Carvalho**



**COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva  
Arménio Santos  
Costa Amorim  
Custódia Fernandes  
Helena Oliveira  
Isabel Coutinho  
Jorge Strecht  
Maria Cidália Faustino  
Maria José Gamboa  
Miguel Queiroz  
Pedro Quartin Graça

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Mariana Aiveca  
Miguel Laranjeiro  
Miguel Santos  
Pedro Mota Soares

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Arons de Carvalho  
Esmeralda Salero Ramires  
Isabel Santos  
Jorge Machado